



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

A INSERÇÃO DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

ISLÂNIA LIMA DA ROCHA¹
LUANA CAVALCANTE PINHO²
BÁRBARA BENTO DOS SANTOS³

Resumo: O presente texto versa sobre a articulação entre conservadorismo e o trato da “questão social” no Brasil, entendendo esta relação como fruto da formação histórico-social de nosso país. Para tal, faremos uma análise de aspectos econômico-sociais da nossa história, bem como procuramos explicitar os fundamentos do conservadorismo clássico para entender sua expressão no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Conservadorismo; Formação sócio histórica do Brasil; Expressões da “questão social”.

Abstract: The present text deals with the articulation between conservatism and the treatment of the "social question" in Brazil, understanding this relationship as a result of the historical-social formation of our country. To do so, we will analyze the economic and social aspects of our history, as well as try to explain the fundamentals of classical conservatism to understand its expression in the Brazilian context.

Keywords: Conservatism; Socio-historical formation of Brazil; Expressions of the "social question".

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe analisar a influência da vertente do conservadorismo no trato das expressões da “questão social” na particularidade brasileira, cuja conotação é a da moralização, naturalização e criminalização da pobreza, sustentado na ideologia do favor e da violência, efetivando-se por medidas de conciliação de cunho reformistas.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <bento687@gmail.com>

Para tanto, resgatamos os fundamentos do pensamento conservador, entendendo a sua origem, tendências ideo-políticas e trajetória, destacando o processo de refuncionalização, momento em que rompe com as ideias revolucionárias para garantir a defesa da ordem burguesa. Subsidiadas por essa discussão, adentramos a análise do conservadorismo à brasileira, entendendo a especificidade da apropriação do pensamento conservador no país a partir da dinâmica das relações sociais estabelecidas no processo da sua formação sócio histórica, que envolve posturas elitistas e autoritárias resultantes de relações sociais mercantis.

Este legado foi fundamental para explicitar a construção dos valores morais dominantes no Brasil e como eles se refletem nas estratégias de enfrentamento às expressões da “questão social”. Notadamente, os valores dominantes se refuncionalizam para manter as estruturas de poder, e com isso o trato à estas expressões conservam a mesma lógica de outrora: o controle e a reprodução da classe trabalhadora.

2. A SOCIEDADE CAPITALISTA E O PENSAMENTO CONSERVADOR

Nossa análise começa traçando a trajetória do pensamento conservador, pois, apesar de muito disseminado em nossos dias, essa expressão ideológica não pode ser explicada por si somente. Faz-se necessário mergulhar nas raízes desse fenômeno, para que possamos compreender sua função na reprodução social. Para remontar a história do pensamento conservador, precisamos retomar a própria história do capitalismo uma vez que é a sociedade capitalista a matriz histórica do conservadorismo tal como conhecemos, o que nos faz afirmar o pensamento conservador enquanto uma expressão cultural própria do tempo e do espaço da sociedade burguesa (NETTO, 2011). Os pilares da sociedade do capital foram deitados a partir do século XVI, no período alcunhado por Marx de acumulação primitiva – sendo a Inglaterra seu caso clássico –, alcunha esta que designa “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele

aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1984, p. 262).

Temos como resultado do processo descrito acima a constituição das classes fundamentais do capitalismo. De um lado, temos a burguesia, abastada de dinheiro, detentora dos meios de produção e de subsistência, que valorizam a riqueza que possuem através da compra da força de trabalho da outra classe, os trabalhadores, cuja “liberdade” trazida pela destituição violenta que sofreram dos meios de produção não os deixa alternativa que não migrar de um lugar a outro para se venderem (MARX, 1984). Quando completo esse processo, o capital havia se desembaraçado da feudalidade e tinha implementado uma ordem social a sua imagem e semelhança.

Mas, forcejar o nascimento do capitalismo não foi uma tarefa fácil. Para deslocar as concepções teocêntricas em vigor desde a desestruturação da sociedade romana, ocorrida em meados do século V, emerge uma cultura de valores antropocêntricos que contrapunham os pilares da ordem feudal: a Modernidade⁴. Tal emersão ocorreu em período simultâneo ao renascimento das atividades comerciais e da burguesia referente a esse setor, o que acarretou na formação do Estado absolutista (NETTO, 2011). Entretanto, o absolutismo resguardava a superestrutura política do feudalismo, incompatível com os interesses burgueses. Em contraponto, a burguesia aumentava seu domínio econômico-social ao passo em que deslocou sua riqueza do comércio para a manufatura, o que a levaria à indústria. Ao fazer isso, a burguesia “alterava substancialmente a condensação de forças de que este Estado [absolutista] se constituía” (NETTO, 2011, p. 43).

Em verdade, o que estamos indicando é o *processo geral da revolução burguesa*, que decorre aproximadamente, no Ocidente, entre os séculos XVI e XVIII. A *revolução política*⁵,

⁴ Segundo Coutinho (2010), até dado momento que trataremos à frente, o capitalismo representou nos planos econômico-social e cultural “uma extraordinária revolução na história da humanidade” (COUTINHO, 2010, p. 29), pois seu surgimento e consolidação significou a afirmação daquilo que era apenas possibilidade dentro dos limites da feudalidade. “Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e realidade, como totalidade concreta em constante evolução” (COUTINHO, 2010, p. 29).

⁵ Acreditamos que ao se referir a uma revolução política Netto está em pleno acordo com Marx (2010), quando o autor debate o que chama de revolução social com alma política que seria,

que coroa todo esse processo (Inglaterra, 1688; França, 1789), assinala que a hegemonia econômico-social se completa com a hegemonia política. (NETTO, 2001, p. 43-44, grifos da autora).

O estabelecimento da sociedade capitalista é o preciso momento da emergência do pensamento conservador. A prova disso é que “não é por acaso que a obra fundante do conservadorismo seja a de Burke⁶, resposta imediata e de enorme impacto à Revolução Francesa” (NETTO, 2011, p. 44). Ou seja, fica evidente que o processo de reprodução social capitalista, precisamente quando o momento econômico e o político se impõem de modo articulado, é a matriz do pensamento conservador.

Para Netto (2011) e Souza (2016), é consenso de que Reflexões sobre a Revolução na França, de Edmundo Burke, obra lançada em 1790, se constitui entre os que se debruçaram ao estudo do pensamento conservador como marco inicial do chamado conservadorismo clássico, servindo como “marco zero de uma tradição que se estende à contemporaneidade” (SOUZA, 2016, p. 114). Em suas Reflexões, Burke condensa os ideais culturais e simbólicos da aristocracia feudal (SOUZA, 2016) e rechaça ações que estavam moldando a nova sociedade. É importante notar que

o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas: 1.º a forma da ação política e 2.º a destruição de instituições sociais consagradas pela tradição. A forma da ação política repudiada por Burke é a *da revolução burguesa que mobiliza as massas*. A instauração de novas instituições segundo uma racionalidade antitradicionalista é rechaçada por Burke. Ou seja, dois dos componentes da cultura moderna é que são renegados pelo autor das reflexões. (NETTO, 2011, p. 44-45, grifos da autora).

em essência, a “tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado e do poder” (MARX, 2010, p. 76). É a organização do “círculo dirigente na sociedade às custas da sociedade”, é a expressão política das contradições que brotam da reprodução da sociedade capitalista.

⁶ É interessante notar que Edmund Burke (1729-1797), antes da Revolução Francesa, tinha uma trajetória na vida política marcada pela defesa de pautas progressistas, como no caso dos americanos e sua luta pela independência. Por isso, a recusa do autor irlandês à Revolução Francesa chocou seus contemporâneos (NETTO, 2011). “Marx, diga-se de passagem, atento à herança intelectual das classes dominantes, não poupou duras críticas nas poucas ocasiões em que se referiu a Edmund Burke. O conteúdo dessas críticas expressava claro desprezo pelo fundador do conservadorismo. Marx o tinha como sujeito político oportunista, propenso a negociatas em troca de seu apoio público” (SOUZA, 2016, p. 114-115).

Deste modo, Burke não encontra divergência ao capitalismo enquanto sistema econômico, a resistência do autor estava necessariamente restrita às necessárias mudanças socioculturais que o desenvolvimento capitalista demandava.

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a revolução é a excrecência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja um capitalismo sem a Modernidade. (NETTO, 2011, p. 45).

Assim sendo, dois pontos importantes merecem destaque frente ao que expomos até agora. O primeiro é que podemos observar que havia no pensamento de Burke uma nostalgia aos privilégios do Ancien Régime (NETTO, 2011) e o segundo é a essência antirrevolucionária que já era parte do emergente pensamento conservador e que persiste até a contemporaneidade (SOUZA, 2016). A nostalgia em relação ao feudalismo é abandonada na medida em que o projeto de restauração se revela impossível, pois a implantação do capitalismo se demonstra irreversível. As perspectivas restauracionistas que pareciam viáveis até o princípio do século XIX, mostraram-se utópicas já no fim do primeiro quarto daquele século.

Já a recusa inexorável da perspectiva revolucionária ganha um novo patamar quando o papel sócio-histórico da burguesia é alterado. Isso ocorreu com a consolidação da ordem burguesa, quando as tarefas econômicas e políticas para a entificação da reprodução social capitalista haviam sido essencialmente completadas. A partir de então, “o protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou” (NETTO, 2011, p. 46). Para Netto (2011), depois que se converteu em classe dominante, a burguesia abandonou o posto de representação do povo que a fazia ter uma postura progressista e revolucionária, posto esse assumido na luta contra a feudalidade, passando à defesa de seus interesses particulares.

Faz-se necessário determo-nos neste ponto para explicar essa inflexão no pensamento burguês. Coutinho (2010) afirma que na história da filosofia

burguesa podemos traçar duas etapas com relativa nitidez. A primeira fase emerge com os autores renascentistas e tem seu ocaso em Hegel. Para o autor, este período “caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética” (COUTINHO, 2010, p. 21). Contudo, entre os anos de 1830 e 1848 aparecem profundas rachaduras no pensamento burguês, pois

o antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta, a partir de 1848, um novo aspecto: as tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte de aumento cada vez maior da alienação humana. (COUTINHO, 2010, p. 21).

É assim que fica demarcado o início da transição do conservadorismo restauracionista e o conservadorismo burguês, ocorrido entre os anos de 1830 e 1848. Para Netto (2011), esses anos serviram para que as características da reação burkeana fossem abandonadas e os aspectos do conservadorismo pós-1848 começassem a tomar forma, é o período de conversão do conservadorismo de antiburguês para o antiproletário. Esse é o cenário em que emergem figuras como Comte e Tocqueville que têm em comum em suas obras a ausência da restauração enquanto saída para a sociedade e elaboram alternativas para conjurar as ameaças daquele conturbado contexto social, apesar de que devemos resguardar as diferenças entre ambos.

É a partir dessa transição que é iniciada a segunda etapa da história do pensamento burguês, quando lhe é anexado o eixo conservador, caracterizado pelo abandono quase completo das conquistas do primeiro período da filosofia burguesa, sendo algumas dessas perdas definitivas para a humanidade, tal como ocorreu para as categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética. Coutinho (2010, p. 21) afirma ainda que as circunstâncias que propiciaram tal ruptura estão relacionadas às contradições antagônicas entre as classes que compunham o Terceiro Estado⁷. “Essa descontinuidade da

⁷ Diz respeito à entidade fictícia destinada a representar todos aqueles que não pertencessem à nobreza nem ao clero no contexto da convocação dos Estados Gerais, ocorrida em 1789, no contexto de grave crise fiscal que o Estado absolutista atravessava na França pré-revolucionária (HOBSBAWM, 1996).

evolução filosófica corresponde naturalmente à própria descontinuidade objetiva do desenvolvimento capitalista”.

Quando as contradições criadas pelo capitalismo se puseram em curso, o proletariado surge como classe autônoma para enfrenta-las a fim de resolvê-las. Frente a essas circunstâncias, a alternativa da burguesia foi converter-se em uma classe conservadora cujo interesse se resume na justificação teórica do existente, estreitando suas possibilidades de apreensão objetiva e global da realidade. Nesse contexto, a razão é encarada com ceticismo de escala crescente, quando não renegada ao posto de instrumento do conhecimento, ou fica ilhada para que exerça cada vez menos influência na reprodução social (COUTINHO, 2010).

Terminado seu período de transição, o pensamento conservador agora refuncionalizado passa a se estruturar no pós-1848 como filosofia social e enquanto conhecimento científico-social para defesa da ordem burguesa contra o espectro revolucionário-socialista. Com esse status, o conservadorismo se voltou para a organização de um cabedal de conhecimentos cuja finalidade era gerir a sociedade burguesa, sendo por vezes necessário empreender reformas no sistema. Foi com foco na crise social e no combate à revolução que foram deitados os pilares da sociologia, herdeira legítima da tradição conservadora posterior a 1848 (NETTO, 2011).

Durkheim é a expressão áurea desse momento do conservadorismo, pois em sua obra “temos a mais clara e consistente abordagem para encontrar alternativas à crise e à revolução numa ótica de integração social que incorpora os valores básicos do conservadorismo” (NETTO, 2011, p. 52-53). Em suma, o conservadorismo do pós-1848, que tem em Durkheim sua expressão maior, se articula para enfrentar a “questão social”⁸. Para Netto (2011), a essência antiliberal das ideias de Durkheim o fazia defender a necessidade de uma ação social para que a desintegração da sociedade burguesa fosse impedida, uma vez que esse era o caminho espontâneo da sociedade capitalista caso fosse

⁸ A emergência da denominada “questão social” tem suas bases em determinações econômico-sociais e políticas condicionadas pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas e acumulação do capital. Como nos mostra Pimentel: “Basicamente, os autores associam a ‘questão social’ ao processo de industrialização capitalista, seus efeitos sobre as condições de pauperização do operariado e sua luta política anticapitalista como ameaça ao sistema instaurado” (PIMENTEL, 2012, p. 14).

deixada caminhar livremente. Para Durkheim, a sociedade burguesa tende à anomia, pois sua complexa divisão do trabalho engendrou uma diferenciação individual que atrofiou a consciência coletiva. Deste modo, o autor defende uma ação social que

deverá contribuir para a constituição de vínculos solidários entre os indivíduos (*solidariedade orgânica*), com a criação de uma *nova moral*, laica (civil) e de base científica. Somente um *conhecimento objetivo* da sociedade pode oferecer uma base segura para a nova moralidade. (NETTO, 2011, p. 53, grifos da autora).

A necessidade de construir esse conhecimento objetivo, com o cunho científico tão em voga no século XIX, deu legitimidade à emergência da sociologia. Mas é necessário notar que para o autor, a reforma social é impensável sem uma reforma moral dos indivíduos, sendo a sociologia e a educação suas propostas para a superação da crise da sociedade burguesa (NETTO, 2011).

É importante ressaltar que a “questão social” não foi objeto de intervenção somente do conservadorismo laico do qual tratamos até então, pois o pensamento conservador confessional tratou de debater a questão, sendo a encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, uma marcante demonstração da inserção da Igreja Católica nos debates acerca das condições de vida e trabalho do proletariado naquele contexto. Entretanto, somente a exacerbação das expressões da “questão social” são condenáveis, isso porque relegar aos pobres ao acaso da própria sorte atentava contra a vontade divina (NETTO, J. P., 2011). Por fim, ressaltamos conforme J. P. Netto (2011) que a vertente conservadora laica e a vertente conservadora confessional guardam certa complementariedade, visto que reforma social que almejam está hipotecada a uma reforma moral dos indivíduos e da sociedade. O fim último de ambas as vertentes são as reformas que não devem por em xeque o pilar da sociedade burguesa: a propriedade privada.

3. A MORAL CONSERVADORA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NO TRATO ÀS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

A discussão acerca da constituição da moralidade brasileira e suas determinações no trato às expressões da questão social somente é possível após a análise da trajetória teórica, histórica e ideo-política das bases do pensamento conservador realizada acima, pois é preciso considerar os elementos genéricos que subsidiaram a emergência do conservadorismo à brasileira, guardadas as suas particularidades no que diz respeito ao contexto histórico e social do país em que se desenvolveram os seus valores dominantes.

Desta feita, a constituição e consolidação dos valores no país estão intimamente ligadas às relações sociais que se estabeleceram aqui decorrentes da formação sócio histórica do país. “É a partir dessas relações, considerando as necessidades e possibilidades de cada momento histórico, que vão se formando os valores, as tradições e a cultura brasileira e se constituindo a nossa moralidade”. É possível, com isso, compreendermos que a moralidade possui um caráter de historicidade, com “movimentos de ruptura e continuidade com elementos do passado”, os quais evidenciam ainda mais a necessidade de “recorrermos às determinações da nossa formação econômico-social⁹” para então se compreender como as ideias do conservadorismo, tanto o clássico quanto o contemporâneo, são apropriadas e reproduzidas no país (BONFIM, 2015, p. 49-50).

De acordo com Souza (2016, p. 217),

[...] a formação do ‘conservadorismo à brasileira’ emerge em um contexto histórico marcado por um racismo enraizado que atinge também as instituições, resultante da exploração secular do trabalho escravo e pelo tardio estabelecimento de relações tipicamente capitalistas. Trata-se de uma transição capitalista sem a mediação de um processo revolucionário ‘clássico’ e sem um corte profundo e definitivo com as formas pré-capitalistas, ou extraeconômicas, de subordinação do trabalho ao capital.

O que o autor coloca à disposição são evidências de que a particularidade das relações sociais que se estabeleceram no país condicionou a absorção de características do conservadorismo clássico, entre elas “o

⁹ Em virtude dos limites da pesquisa não será possível aprofundar aqui a análise acerca da formação socioeconômica e histórica do Brasil. Serão apresentados os elementos essenciais deste processo que corroboraram para a constituição do conservadorismo no país e a sua influência na construção dos valores morais dominantes.

desprezo pela institucionalidade democrática; o ‘aristocratismo’ ou ‘elitismo’, que se expressa no cotidiano como pré-conceito e ódio de classe; o elogio da desigualdade social e da concentração de poder político e econômico” dentre outras. Souza afirma que, mesmo tendo essa origem no seu processo de formação, “o ‘conservadorismo à brasileira’ se constitui como uma particularidade, no interior do conservadorismo contemporâneo, que é, por sua vez, uma das expressões das ideologias conservadoras nas sociedades de classes”, as quais não são únicas, mas se sobressaem nos momentos em que se colocam em xeque a sua hegemonia (SOUZA, 2016, p. 217-218).

Explicitando a necessidade de análise da formação econômico-social do país para compreender o “conservadorismo à brasileira”, Bonfim afirma que a estrutura do Brasil colonial se sustentou a partir de uma organização econômica baseada em relações escravistas de trabalho, visando subsidiar a “emergência do capital mercantil” bem como a “criação de um mercado mundial” (BONFIM, 2015, p. 52). Se estrutura uma dinâmica de exploração (das terras e da força de trabalho) que explicita a lógica que vai conduzir os rumos do país até a contemporaneidade. No Brasil, as particularidades desta dinâmica dizem respeito ao regime escravista, que foi instaurado no sentido de controlar o regime de trabalho que até então era dominante no Brasil. Esse processo possibilitou o aumento populacional da Colônia, ressaltando duas classes distintas: uma constituída pelos senhores de escravos, que comandavam a economia e o comércio da metrópole, e, outra constituída pelos escravos, os quais não possuíam bens materiais e eram os produtores de toda riqueza social do Brasil.

São as relações de produção estabelecidas nesse período que dão o tom da construção dos valores e costumes, baseados na cultura do mando, da submissão, da troca de favores, além da absorção de uma ideologia conservadora que se inscreve “nas lutas de classes do Brasil desde o período colonial, incluindo o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, a homofobia e o preconceito de classe” (SOUZA, 2016, p. 217). Diferente da escravidão clássica, a escravidão moderna no Brasil surge de um elemento germinado pela fase inicial do capitalismo. Em dado momento da história, o excedente criado pela *Assim Chamada Acumulação Primitiva* precisava ser escoado em

uma empresa comercial, comércio esse que se expandia através do domínio da África – donde procedia a mercadoria para venda – articulado à exploração de outras áreas, como o Brasil, que consumiam a mercadoria, que neste caso era o escravo.

Deste modo, verificamos que a existência da escravidão nas colônias possibilitou o desenvolvimento industrial nas metrópoles, o que significa dizer que a escravidão deu base para a sociedade capitalista. Consideremos, portanto, que os escravos não constituíam a classe que estava ligada aos meios de produção mais desenvolvidos. Entretanto, ao mesmo tempo em que produziam mercadorias dentro de um sistema cujas forças produtivas não se desenvolviam, eram também a própria mercadoria, portanto, objeto de troca. O escravo não vendia sua força de trabalho, era apenas mero instrumento no processo de produção, sua compra e venda era tratada como compra e venda de mercadorias.

Bonfim destaca que a Igreja Católica teve um protagonismo substancial na constituição da moralidade brasileira, cujos valores e princípios incidiram fortemente na formação do país, desde o período colonial. Com a estratégia de dissipar os valores cristãos, através de um processo de controle e educação das pessoas, a Igreja consolida ao mesmo tempo “a necessidade de obediência a Deus e ao Estado” (BONFIM, 2015, p. 57). No período da colonização a presença da Igreja deu-se com a chegada dos Jesuítas, cujo objetivo era catequisar os índios para a doutrina cristã, a educação disseminada contribuiu para o fortalecimento das estruturas de poder hierarquizadas e de privilégios da elite senhorial. Dessa forma, a ideia de exploração de uma classe sobre a outra e a escravidão era incutida como caminho natural e necessário para o desenvolvimento das colônias, portanto, a moral educadora tinha o papel de ajudar a perpetuar as desigualdades entre as classes sociais.

O autoritarismo e a violência foram elementos cotidianamente utilizados na vida pública e privada das pessoas como uma forma de fazê-las se adaptarem ao instituído, estratégias que se perpetuam até a atualidade, resguardadas as peculiaridades de cada época. São aspectos que se estabeleceram “tanto para as relações econômicas e políticas como para o

âmbito da *moralidade, da cultura e da ideologia*” (BONFIM, 2015, p. 60, grifo autoral). Assim, o período colonial, o império e o estabelecimento do capitalismo foram marcados por relações sociais e valores que reforçaram as relações de subordinação e dominação entre as classes.

A ilustração clara da subordinação violenta em nosso país é a que se aplicou aos escravos que desde os primórdios da colonização foram tratados como objeto. O tratamento dado aos escravos se dava por meio da violência direta: sua condição de vida e trabalho era marcada nas senzalas pelo desgaste do trabalho nos plantios, pelos chicotes, pelo tronco, pelo ferro em brasa e uma variedade de torturas que negavam qualquer condição mínima de vida humana, inclusive muitos morriam nesse processo. É demonstrativo dessa violência o fato de que um escravo, como uma ferramenta desgastada pelo uso exacerbado, tinha em média vida útil de sete anos (CARVALHO, 2016).

Avançando em nossa história, o processo de adaptação ao capitalismo monopolista no país evidenciou a sua característica conservadora já denotada em outros períodos, pois se registrou “um processo de modernização conservadora”, visto que “ocorre um realinhamento e uma recomposição na hegemonia das classes dominantes brasileiras durante o processo de industrialização impulsionado a partir da década de 1930” (SOUZA, 2016, p.220). Isto significa que as bases de exploração do trabalho, típicas do momento colonial, se mantiveram através das relações de trabalho escravistas, mantendo vivas “características conservadoras tradicionais” (SOUZA, 2016, p.225). Ainda segundo o autor,

Trata-se, tão somente, de assinalar as convergências e a interpenetração dos interesses conservadores que cortam e unificam essas classes [dominantes] (tanto no ‘centro’, quanto na ‘periferia’), articuladas não apenas com base nas ideologias conservadoras e no conservadorismo em particular, mas sobretudo sobre as bases materiais de exploração do trabalho, em modalidades tipicamente capitalistas ou pré-capitalistas, reproduzindo no plano ideal e ideológico, nos quais se inscrevem o (sic) valores do conservadorismo, a condição de antagonista estrutural dos trabalhadores. (SOUZA, 2016, p. 226).

Assim,

[...] o conservadorismo emerge como consciência de classe imediata das classes dominantes, resultante desse antagonismo estrutural. Esse antagonismo cumpre a função de suporte material que permite ao conservadorismo se estabelecer como ideologia unificadora da hegemonia das classes dominantes. (SOUZA, 2016, p. 226).

Visualiza-se nesse processo que as estruturas de poder constituídas nos períodos históricos anteriores foram mantidas, entretanto as classes dominantes precisaram investir em estratégias de conciliação para evitar a insurgência da classe trabalhadora. Além disso, reprimia-se a organização política dos trabalhadores, intensificava-se a lógica do favor, do clientelismo e do populismo, se privilegiava o interesse de uma minoria, explicitado como se fosse da maioria, evidenciando-se assim a estrutura da modernização conservadora no país.

Nos grandes acontecimentos na história do Brasil, a exemplo do abolicionismo, da proclamação da república e a instauração da democracia, “Não se observam mudanças *significativas* no âmbito econômico, político, social e cultural. As estruturas de poder permanecem as mesmas”, e se repõem em cada momento histórico considerando as relações sociais dadas (BONFIM, 2015, p. 74, grifo da autora). A exclusão e a pobreza configuram historicamente formas de inserção na vida social, determinadas por uma condição de classe que expressa as relações há muito tempo vigentes em nossa sociedade. Assim, podemos traçar um elo entre o passado e o presente observando que

o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YASBEK, 2004, p. 35).

Deste modo, temos acordo com Souza quando o autor afirma que

[...] o ‘conservadorismo à brasileira’, como discurso ideológico que reproduziu (na origem) e reproduz (atualmente) a consciência de classe imediata das classes dominantes (autoritarismo, desprezo pelas camadas populares, hierarquia, meritocracia, anticomunismo, ‘elitismo’, aristocratismo, entre outros), consciência essa que emerge como uma espécie de ‘espelhamento’ ideológico das condições

objetivas nas quais decorrem a dominação de classe *tupiniquim*, mas sobretudo como prática política unificadora, emerge em condições socioeconômicas muito diversas daquelas que deram origem ao conservadorismo clássico. (SOUZA, 2016, p. 230).

Nesse sentido, o “conservadorismo à brasileira” consolida-se como um viés do conservadorismo contemporâneo, no sentido de se estabelecer garantindo a organização e o fortalecimento dos valores das classes dominantes, não necessariamente o reestabelecimento do passado, mas a ampliação da sua dominação e exploração, cuja base é a “desigualdade social estrutural”. Para tanto, incorpora, inclusive, uma postura reacionária “pois coloca na ‘ordem do dia’ a reversão e retirada de direitos, principalmente sociais”, mantendo a “exploração e a subordinação do trabalho” (SOUZA, 2016, p. 233).

Com esse cenário, a constituição de valores morais conservadores tende a se ampliar e a solidificar, pois o domínio cultural se coloca como um impedimento concreto na construção ideias críticas, de questionamento e enfrentamento ao instituído. A reprodução dos valores se coloca na ordem do dia, porque é o que se é divulgado e consumido pela classe trabalhadora, em todos os espaços que ela ocupa (na igreja, no trabalho, nas mídias e entretenimento), de modo que “são reiterados valores elitistas ligados ao autoritarismo, à ideologia do ‘favor’, à ‘cerimônia da superioridade social’ e à prática da tutela”. Isto posto, “Podemos afirmar, portanto, que tais valores – autoritarismo da classe dominante, a ideologia do ‘favor’, a ‘tara elitista’ e a prática da tutela – constituem a base na qual se organizam as formas de enfrentamento da ‘questão social’ no Brasil” (BONFIM, 2015, p. 88).

A moralidade brasileira se constituiu ao longo do processo de formação econômica e social do país referendada em práticas de dominação e subordinação de uma classe por outra, em valores que depreciam determinadas funções, na subjugação de indivíduos e sua cultura à um padrão eurocêntrico, na intensificação das relações de exploração da força de trabalho e no desmonte do papel político que a classe trabalhadora tem. Essas ações caracterizaram-se por medidas de conciliação, muitas de caráter reformista e reacionarista. Mas também se materializaram por meio de ações violentas, repressivas, detentoras de uma visão elitista e autoritária.

Com isso, os valores conservadores se mantêm e se reproduzem em todos os âmbitos, principalmente no atendimento às necessidades da classe trabalhadora, pois ao se considerar o enfrentamento às expressões da “questão social” ao longo dos tempos percebe-se a forte presença da ideologia do favor e o extremo paternalismo. Isto se explica porque “a ‘questão social’ é sempre tratada numa perspectiva da teoria da integração social”, isto é, ela é concebida como um processo natural à vida dos indivíduos, e sua intervenção tem por objetivo administrar os conflitos entre as classes (BONFIM, 2015, p. 89). Esses pensamentos se dissipam entre as pessoas, atribuindo ao indivíduo a culpa pelo problema de que foi acometido, obscurecendo a verdadeira razão da desigualdade e contradições sociais.

De acordo com Bonfim,

[...] com o desenvolvimento capitalista no Brasil, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre/assalariado se deu permeada de contradições. As mudanças não se referiam somente à produção da vida material, às novas relações de trabalho, mas também à necessidade de mudanças de valores, ou seja, o trabalho, independente qual fosse o seu tipo, era agora indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, do ‘progresso’ da nação. Era necessária a apologia ao trabalho, associá-lo à valores dignificantes. (BONFIM, 2015, p. 90).

Tais valores ora adquiridos e disseminados tinham por objetivo apenas a ampliação da apropriação de riquezas, pois pensar em “condições dignas de trabalho” não estava na ordem do dia. Aliás, qualquer movimento de organização da classe trabalhadora que colocasse em pauta a questão dos direitos era considerado “desordem”, e, portanto, “caso de polícia”. “Essa lógica também colocará obstáculos na afirmação de determinadas políticas públicas, especialmente as políticas de assistência social” (BONFIM, 2015, p. 91).

Ainda acerca da valorização que foi incutida ao trabalho, explicita-se um processo perverso de preconceito quando se associava negros e índios a preguiçosos, visto que estes não se ajustavam às exigências do mercado de trabalho. Esse cenário exigiu uma mudança de valores que implicaram na absorção do padrão europeu, decorrente da chegada dos imigrantes, redefinindo-se o trabalho para então redefinir os trabalhadores.

Segundo Bonfim, o trato às expressões da “questão social” no Brasil “também se dá numa perspectiva da coesão social, embora [...] as estratégias variem entre alternativas repressoras e ideológicas” (BONFIM, 2015, p. 92). Neste sentido, o viés do seu enfrentamento será definido de acordo com as implicações que os seus impactos podem causar a ordem estabelecida, sendo caso de polícia quando ameaçam o domínio da classe burguesa, e por isso enfrentadas violentamente porque não são reconhecidas como demandas legítimas, e caso de política quando o momento histórico requer apenas a conciliação entre os interesses das classes, estando as políticas públicas no âmbito das estratégias utilizadas.

As questões discutidas até aqui dão conta de explicitar que o pensamento conservador é um elemento incutido na base da sociedade burguesa e que, dada a particularidade da formação econômica, política, social e cultural do Brasil, ele foi absorvido e configurado em valores que garantem a dominação de uma classe sobre outra, por meio da dinâmica da exploração das terras e do trabalho. Esses valores dominantes, por sua vez, se refuncionalizam ao longo dos períodos históricos para continuarem atendendo a classe dominante.

Assim, o “conservadorismo à brasileira” carrega consigo dois fatores essenciais: “*a legitimidade da tradição e a desigualdade necessária e natural*”, os quais se expressam no cotidiano de violência, das mais variadas formas, imposto a classe trabalhadora: se expressam nas diversas formas de preconceito, nas constantes ameaças à participação popular na política, na repressão à mobilização política dos trabalhadores e à consequente criminalização desses atos, na reprodução de práticas clientelistas e paternalistas. Portanto, “a moral brasileira se constitui predominantemente por valores conservadores” que vão naturalizar, criminalizar e moralizar a “questão social” (BONFIM, 2015, p. 96).

4. CONCLUSÃO

Com base em nossa exposição, podemos concluir que o conservadorismo em sua forma clássica é uma expressão ideológica que emerge junto a sociedade burguesa tendo dois momentos distintos. O primeiro, apreendido enquanto expressão restauracionista do feudalismo, diz respeito às ideias que surgiram mais precisamente durante a Revolução Francesa e que colidiam com os ideais da Modernidade e com os princípios democratizantes da participação das massas no processo revolucionário. É importante frisar que a oposição restauracionista proposta pelo conservadorismo em sua emergência vem no sentido de combater as profundas mudanças sociais que a entificação do capitalismo demanda, o que pôs em xeque as estruturas sociais da feudalidade que revolução burguesa jogou à obsolescência. Quanto ao aspecto econômico da reprodução capitalista, não é identificada divergência alguma.

O desenvolvimento capitalista se impôs de modo a desfazer as ilusões restauracionistas, e frente à organização política da classe trabalhadora nas primeiras décadas do século XIX a burguesia adotou uma postura defensiva que a fez retirar do leque de suas ideias o eixo revolucionário do qual se valeu para se fazer classe dirigente da sociedade. Assim, podemos afirmar que no início do século XIX se desencadeou uma transição do pensamento conservador anticapitalista para a versão burguesa do conservadorismo, que passa a vigorar após a derrota dos trabalhadores em 1848. O foco deste segundo momento do conservadorismo é a manutenção da reprodução capitalista, implementando reformas sempre que necessário para manter a ordem social. Foi essa expressão do conservadorismo clássico que deu origem às ciências sociais que produziram as primeiras formulações burguesas sobre a “questão social”.

É importante ressaltar que, pela necessidade de manutenção da ordem e pelo abandono do eixo revolucionário, a filosofia burguesa do pós-1848 é essencialmente antiproletária. O proletariado, por sua natureza produtora da riqueza em que se assenta toda a sociedade, é a classe que por princípio pode conduzir a humanidade à superação do capitalismo, o que necessariamente se dá pela via revolucionária. Por isso, a filosofia burguesa, embebida do conservadorismo, combate a revolução como sinônimo de caos e nos coloca a

superação do *status quo* como algo impossível. Ora, reformistas por excelência de fato não podem apontar para além do mundo decadente que eles tentam consertar, uma vez que suas formulações carecem das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética.

Ao tratarmos do enfrentamento das expressões da “questão social” no Brasil, de acordo com Bonfim (2015), é a forte presença da ideologia do favor e da violência que têm marcado nossa história. Portanto, nas ações voltadas ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora, sejam elas imediatas ou não, estruturam-se práticas paternalistas e autoritárias, sendo estas marcadas pela prática do favor e da tutela. “Tais valores, como vimos, atravessam a nossa história e permanecem como referencial para as nossas ações, mesmo que [...] não as reconheçamos como parte da nossa cultura”. Evidencia-se assim a produção e reprodução de valores que preservam a ordem dominante “dando à moralidade brasileira uma essência conservadora” (BONFIM, 2015, p. 93-94). Estes traços, impregnados em nossa história pela formação sócio-econômica do nosso país são recolocados na reprodução social pela persistência estrutural de relações presentes desde o período colonial. Atualmente no Brasil, percebemos que o enfrentamento da “questão social” tem-se configurado pela subordinação à perspectiva conservadora, oligárquica e patrimonialista, que ao que tudo indica tende a um quadro de regressão de direitos e acentuação de perfis assistencialistas e clientelistas.

Ao nos aproximarmos de nossas últimas linhas, ressaltamos que vivemos em tempos de recrudescimento do conservadorismo, o que podemos constatar de diversas formas: em processos eleitorais pelo mundo afora ou na intensificação de expressões da alienação como o racismo, xenofobia, machismo e homofobia. Em nosso país, o espectro conservador tem se tornado cada vez mais presente, quer seja na política implementada após o golpe encabeçado por Temer em 2016, ou ainda pelas incertezas presentes para o próximo pleito presidencial. A análise do conservadorismo de hoje necessariamente demanda a apropriação do chamado conservadorismo clássico, pois a expressão conservadora contemporânea tem no caso clássico suas raízes.

Mas, achamos necessário chamar atenção a um aspecto que Netto (2011) adverte: o fato de que as expressões atuais e a clássica são distintas, inclusive pelo fato de que o conservadorismo contemporâneo oculta seus fundamentos e seu teor conservador. Neste sentido, entendemos que só a análise a partir da perspectiva crítica-dialética é capaz de revelar as fragilidades da vertente conservadora, uma vez que ela obscurece os aspectos ontológicos do ser social, o que significa dizer que a partir do projeto conservador não podemos alcançar uma perspectiva de legitimidade que avance para a emancipação humana e construção coletiva da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BONFIM, P. **Conservadorismo moral e serviço social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- CARVALHO, Cícero Pércles. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos para caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- HOBSBAWM, E. J. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação capitalista. In: _____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 261-294.
- _____. **Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”**. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas, 2).
- PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 151-162.
- PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

YASBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. 2 ed. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 33, jan./jun. 2004.